



INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS NO IFSP - CÂMPUS GUARULHOS

Maria Eduarda Malaquias dos Santos, Poliana de Couto Ramos

Orientadora: Prof. Dra. Maly Magalhães Freitas

Instituto Federal de São Paulo – Campus Guarulhos

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a efetividade da inclusão educacional dos estudantes surdos, a qual é um assunto frequentemente debatido. Com base na observação do cenário atual, verifica-se que a inclusão dos surdos nas escolas regulares ainda representa um grande desafio para os educadores e profissionais da educação especial. Em conformidade com o escopo deste projeto de pesquisa, destaca-se a extrema necessidade da inclusão dos surdos nas escolas regulares, considerando que, muitas vezes, eles se encontram em defasagem educacional, em razão da falta de adequação das escolas às normas de acessibilidade. Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento de um website que apresente de forma clara e objetiva se o câmpus Guarulhos do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) está apto a oferecer uma educação inclusiva para os estudantes surdos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Surdos. Estudantes. IFSP - Câmpus Guarulhos

Introdução

O presente trabalho o sucederá no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Guarulhos. Convém observar que o Câmpus Guarulhos oferece 40 vagas semestrais para os cursos técnicos de nível médio, nos períodos vespertino e noturno, Licenciatura em Matemática no período matutino, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no período noturno e Tecnologia em Automação Industrial nos períodos matutino e noturno, com ingresso de forma alternada.

Na década de 1990, o movimento chamado Educação Inclusiva, que emerge apoiado pela Declaração de Salamanca, propõe que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...”, pois tais escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos...” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 8- 9).

No entanto, na sociedade atual, com base nas nossas pesquisas e observações sobre o tema, diversas formas de inclusão estão sendo realizadas. Entretanto, a maioria dos alunos surdos, tiveram uma escolarização irresponsável.

Com isso, de acordo com a Lei nº 12.319/2010, os indivíduos surdos têm direito a um Tradutor intérprete de Língua de Sinais (TILS). Na maioria das vezes essa lei não é cumprida, ficando somente no papel, principalmente nos ambientes escolares, onde deveria ter uma atenção especial.

1.1 Justificativa

De acordo com o artigo, Surdez e Educação Inclusiva (2012), quando pensamos em um mundo inclusivo, temos a ideia de que todas as pessoas têm as mesmas condições e oportunidades de ser ator principal do seu espetáculo de vida, fazendo assim a sua participação na sociedade de forma participativa e ativa, onde se entenda que as relações individuais sejam estabelecidas à luz de uma igualdade de valores. Pensando dessa forma, não é a pessoa que tem de se adequar ou adaptar-se à sociedade e aos meios educacionais, mas, sim, estes precisam ser preparados e equipados para receber esses indivíduos, esses alunos que necessitam de um atendimento especializado que supram as suas necessidades para que assim essas pessoas possam viver e estudar com dignidade e serem reconhecidas como cidadãos.

[...] inclusão estabelece que as diferenças humanas são normais, mas ao mesmo tempo reconhece que a escola atual tem provocado ou acentuado desigualdades associadas à existência de diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e é nesse sentido que ela prega a necessidade de reestruturação do sistema educacional para prover uma educação de qualidade a todas as crianças. (MENDES, 2006, p. 64)

A Educação Especial é um setor da educação voltada para os indivíduos com algum tipo de deficiência, realizando atendimento educacional especializado. O atendimento educacional especializado (AEE), tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (MEC, 2009).

O AEE trabalhando a aprendizagem da língua de sinais objetiva ensinar a língua materna, fazendo com que o aluno surdo tenha potencial em sua língua natural. O profissional da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) por este atendimento é um professor bilíngue Português/Libras.

[...] o professor de Libras deve planejar o ensino dessa língua a partir dos diversos aspectos que envolvem sua aprendizagem, como: referências visuais, anotação em língua portuguesa, datilologia (alfabeto manual), parâmetros primários e secundários, classificadores e sinais. Para atuar no ensino de Libras, o professor do AEE precisa ter conhecimento da estrutura e fluência na Libras, desenvolver os conceitos em Libras de forma vivencial e elaborar recursos didáticos. (ALVES, DAMÁ-ZIO, FERREIRA, 2010, p.17).

O professor responsável pela sala de aula deve trabalhar em sincronia com os professores da AEE, para que exista um modo pedagógico inclusivo.

Com tudo, a minoria das escolas segue essas orientações propostas. Entretanto, as outras escolas acabam não seguindo tais orientações. E o aluno surdo conseqüentemente acaba sendo prejudicado por não ter seu direito exercido em relação aos outros alunos nas escolas regulares.

Objetivo

O objetivo geral desta pesquisa consiste em elaborar uma plataforma com vistas a informar os estudantes surdos acerca da acessibilidade e adequação do Instituto Federal de São Paulo, câmpus Guarulhos, para o seu perfil educacional. Dessa forma, almeja-se contribuir para a escolha assertiva da escola pela comunidade surda, com o intuito de evitar desilusões e insatisfações futuras.

Metodologia

Para a execução dessa plataforma, o projeto consiste em uma pesquisa de finalidade aplicada, objetivo descritivo, sob o método qualitativo, com abordagem hipotético-dedutivo.

Os principais passos da pesquisa, bem como seu objetivo geral e objetivos específicos, serão realizados da seguinte maneira: vamos operar na elaboração de um site, nele será mostrado se o IFSP - Câmpus Guarulhos está acessível para surdos.

Resultados e Discussões

Os resultados encontrados estão embasados na entrevista com a Intérprete, conforme descrito

na metodologia. Uma das conclusões que podem ser destacadas é que o fato de um campus possuir quatro ou mais intérpretes não implica necessariamente em ser um campus acessível, visto que pode haver uma demanda maior de alunos necessitando desse suporte. Teoricamente, cada aluno deveria ter direito a pelo menos um intérprete, entretanto, seria recomendável a disponibilidade de dois intérpretes por aluno, permitindo uma alternância entre eles.

No contexto da sala de aula, observou-se que eles se revezavam a cada vinte minutos, por exemplo. Essa constatação evidencia a complexidade de garantir a acessibilidade plena, uma vez que a quantidade de intérpretes disponíveis não é a única variável relevante. Além disso, a proposta de revezamento a cada vinte minutos sugere uma estratégia interessante para otimizar o desempenho dos intérpretes e proporcionar uma experiência de aprendizado mais eficaz para os alunos com deficiência auditiva.

No entanto, essa abordagem também pode trazer desafios em termos de coordenação e adaptação aos diferentes estilos de ensino e aprendizado. É fundamental considerar que a acessibilidade não se limita apenas à presença de intérpretes, mas abrange uma série de elementos, desde a sensibilização da comunidade acadêmica até a adaptação de materiais didáticos. Portanto, os resultados dessa pesquisa destacam a importância de uma abordagem abrangente para promover um ambiente verdadeiramente inclusivo e acessível em instituições de ensino.

Considerações Finais

Com o objetivo de zelar pela comunidade surda, a pesquisa e estudos em andamento visam a criação de um website que demonstre ao público interessado que o IFSP - Câmpus Guarulhos está comprometido com a acessibilidade. A finalização desses estudos e a consequente criação de um website serão fundamentais para garantir que os alunos surdos tenham acesso equitativo aos recursos e serviços fornecidos pela instituição. A existência deste recurso pode encorajar e simplificar a escolha do IFSP - Câmpus Guarulhos por estes alunos, além de contribuir para a inclusão social de pessoas com deficiência auditiva.

Referências Bibliográficas

QUADROS, Ronice Müller de. CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A constituição política, social e cultural da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. In: Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda /

Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado, Maura Corcini Lopes, organizadoras. – 1. ed.. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010

Surdez e Educação Inclusiva / Claudia Regina Mosca Giroto; Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins; Ana Paula Berberian (Org.). – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

SANTOS, Vanessa Nicolau Freitas, ARAÚJO, Andreza Cristina Santos. Educação Inclusiva: um estudo sobre a avaliação de estudantes surdos na escola regular. rarealize.com.br, 2016. Disponível em:

editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA7_ID972_01092016231605.pdf. Acesso em: 05 dez. 2022.

GÓES, M.C.R. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

Capítulo de livro

NASCIMENTO, E. L. Introdução às Antigas Civilizações Africanas. *In* NASCIMENTO, E. L. (org). **Sankofa**: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996. p. 85-100.

MORGAN, G. Os sinais da aquisição da língua. *In*: MOURA, M. C.; VERGAMIMI, S. A. A.; CAMPOS, S. R. L. (Org.). Educação para surdos: práticas e perspectivas. São Paulo: Santos, 2008. p. 79-111.

Legislação

BRASIL. Lei n. 9.795 – 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental. **Diário Oficial da União**: Brasília, 28 abr. 1999. p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Política nacional de educação especial. Brasília, DF: MEC: SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. *Evolução da educação especial no Brasil* Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf> Acesso em: 25 set. 2022.